

8 — As mulheres continuam a superar os homens nas estatísticas de analfabetos.

9 — No que tange ao ordenamento jurídico, à aplicação das leis e elaboração legislativa, uma visível minoria nos tribunais e nas casas legislativas, apesar de superarem os homens em termos populacionais — 59.924.766 mulheres e 59.146.099 homens, no Brasil.

10 — Em 1985, 45% (quarenta e cinco por cento) dos nascimentos passaram a ser atendidos por pessoas qualificadas, sendo que um quarto das mulheres do Terceiro Mundo passou a lançar mão de métodos anticoncepcionais. Com isso, o número médio de filhos por família baixou de seis para quatro.

Quanto à mulher brasileira, de modo particular, devemos ressaltar que significativos avanços vêm conseguindo em diversos setores de atividade e na legislação.

É bem verdade que esses avanços sofrem certas distorções que só o tempo encarregar-se-á de corrigir.

Vejam os que ocorre, por exemplo, no campo educacional.

Em 1960, somente 32% (trinta e dois por cento) dos que concluíam cursos superiores eram mulheres.

Atualmente, essa proporção de mulheres elevou-se a 60% (sessenta por cento).

Em confronto com outros países (45% nos Estados Unidos, 38,3% na França e 37,6% no Japão, esse número é bem expressivo). São dados que refletem, não há dúvida, uma reversão das mais importantes em nossas tradições até bem pouco vinculadas ao patriarcalismo colonial.

Essa participação perde um pouco, porém, se atentamos para o fato de que os homens predominam nas profissões técnico-científicas enquanto que as mulheres emprestam o seu esforço maior à área educacional (pedagogia, letras, enfermagem). O leque de ocupações femininas é bem menos amplo que o dos homens. Talvez por essa razão é que decorram as disparidades de remuneração atribuídas aos profissionais dos dois sexos, pois a 100 portadores de cursos de pedagogia ou de letras não se pagam o mesmo que a 100 engenheiros, por exemplo.

Trata-se, como se vê, de distorções que o mercado de trabalho impõe, e que necessitam ser corrigidas.

A partir dos Códigos Civil e Comercial, passando pelas normas administrativas e tributárias, à mulher não se pode deixar de reconhecer certos direitos, que a coloquem, em definitivo, no pé de igualdade com os homens, dos quais devem ser parceiras e colaboradoras, jamais servas.

O idoso

Um dos aspectos positivos do crescimento econômico do País é o seu reflexo na ampliação da expectativa de vida do brasileiro.

Segundo as estatísticas oficiais, a média de vida do brasileiro — omitindo-se, é claro, as diferenças regionais — passou de 57,4 anos, em 1970, para 63,4, no período de 1975 a 1980. A população de 65 anos ou mais alcança, atualmente, um total de 5 milhões de pessoas, com previsão de 10 milhões para o ano de 2000.

Contrariamente a esse aumento da participação na população absoluta, os idosos continuam

a ser marginalizados de maneira crescente na atividade econômica.

Esse progressivo afastamento do mercado de trabalho corresponde, também, a um acréscimo da parcela de inativos, que, segundo informação contida no PNAD-IBGE, em 1983, alcançou a cerca de 70% do total de pessoas de mais de 60 anos.

Desse modo, ao mesmo tempo que a expectativa de vida aumenta, amplia-se o número de pessoas idosas questão postas fora do mercado de trabalho.

Um dos pontos preocupantes desse quadro é que essas pessoas marginalizadas do processo produtivo passam a residir nos grandes centros, onde buscam, nos anos que lhes restam, melhores condições de vida, melhores condições assistenciais e de serviços, com o aumento dos ônus que pesam sobre a Administração Pública.

Ao lado da inexistência de emprego, a deterioração das condições de aposentadoria representa uma situação não menos preocupante que o processo de desajuste e marginalização dos idosos.

De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE, em 1983, cerca de 86% do total dos aposentados por velhice recebem até 1 (um) salário mínimo mensal; este percentual eleva-se para 96% quando se considera a remuneração de até 3 salários mínimos mensais.

Quando se considera o universo dos aposentados por tempo de serviço, constata-se uma ligeira melhoria, desde que 55% percebe até 3 salários mínimos mensais.

Assim, dado que mais de 80% das pessoas aposentadas pelo SINPAS recebem pensões que atingem um máximo de 3 salários mínimos, tem-se a visão quase global em que se encontram os idosos no País.

Com rendimentos maiores, os percentuais vão se estreitando, de modo que não chegam a 4% os que percebem acima de 20 salários mínimos.

Deste modo, a aposentadoria deixou de ser um prêmio — passa a ser mais uma espécie de punição; deixou de ser um instrumento de proteção social, um meio de assegurar aos que dedicaram sua existência ao trabalho, uma velhice tranqüila, liberta de preocupações mínimas, inclusive da subsistência.

Por outro lado, os programas assistenciais destinados aos idosos ressentem-se de eficácia e de uma seriedade que lhes assegure um melhor aproveitamento dos seus poucos rendimentos.

No Ministério da Previdência e Assistência Social identificam-se dois Programas, a nível federal, com esse fim:

a) Programa de Assistência aos Idosos.

Constituído por um conjunto de políticas específicas voltadas ao pensionista e/ou aposentado idoso, cujo objetivo básico é promover o ajustamento dos que se aposentam às novas condições existenciais, buscando, por outro lado, melhorar as condições assistenciais, através das seguintes linhas de ação:

— conscientização da comunidade para o problema;

— melhoria do atendimento direto de natureza preventiva;

— tratamento social às dificuldades e aos problemas advindos da condição de aposentados e idosos;

— estímulo e desenvolvimento de atividades sociais aglutinadoras;

— condições e manutenção de uma infra-estrutura direcionada aos idosos;

— atendimento indireto que objetive proporcionar-lhes facilidades de atendimento hospitalar, inclusive de internamento, quando necessário.

b) Política de natureza generalizada:

Basicamente constituída pelos benefícios estabelecidos na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que ampara com aposentadoria e assistência médica trabalhadores urbanos e rurais com mais de 70 anos, sua expressão genérica está na renda mensal vitalícia equivalente à metade do maior salário mínimo que atribui a esses trabalhadores.

Com essas medidas, incorporou-se ao sistema de assistência social um segmento populacional até então marginalizado. Mesmo assim, um contingente ponderável de idosos que jamais contribuíram para a previdência continuam excluídos de qualquer benefício previdenciário.

Restrições legais

Algumas restrições legais são opostas ao ingresso de pessoas com certa idade no mercado de trabalho.

Os próprios concursos públicos limitam essa idade a um máximo de 50 anos, ressalvada, em alguns casos, a condição de servidor público.

Assim, o ingresso em instituições bancárias oficiais, na magistratura e nas polícias, só oferecem oportunidades aos jovens.

Esses limites etários são fortemente contestados quando se constata que uma contribuição valiosa poderá ser oferecida mormente no campo jurídico, por aqueles que labutaram diuturnamente nos juízos e tribunais.

Matérias em tramitação no Congresso

Diversas proposições tramitam no Congresso com a finalidade de oferecer aos idosos oportunidades de trabalho e melhores condições de existência.

Essas proposições podem ser reunidas em dois grupos:

a) as relacionadas, com a alteração de dispositivos legais existentes.

As alterações concentram-se, na sua maioria, na Lei nº 6.179, de 1974, com vistas a uma maior flexibilidade na obtenção da aposentadoria.

b) proposições relativas à alteração da Lei Orgânica da Previdência Social, mormente no que tange aos cálculos da aposentadoria.

Um outro ponto que sugere controvérsias é o que se refere à acumulação de cargos e de aposentadorias.

Argumentam os que se opõem a essa acumulação o fato de os aposentados que exercem outras atividades estarem a tirar de outros a oportunidade de trabalho.

Esquecem os que assim pensam que o campo de atividades que o aposentado exerce é não só restrito e, por vezes, envolve especializações e longo vivenciamento.

Os que defendem ponto de vista oposto argumentam que o País não se pode dar ao luxo de deixar de aproveitar potencialidades técnicas e jurídicas de comprovada eficácia. Os idosos, assim mesmo após aposentados, podem oferecer,

mormente a Administração Pública, uma contribuição inestimável.

De qualquer modo, o idoso no Brasil merece que se lhe ofereçam melhores condições de vida,

para que a velhice não seja um fantasma a sondar-lhes o fim da existência, cercado de incertezas e de maus presságios.

Podemos concluir, portanto, que ao idoso devem ser oferecidas não só condições de aproveita-

mento de suas potencialidades bem como condições básicas de vida de modo a que não se julgue marginalizado como uma espécie de peso morto, que deve ser extirpado do organismo social.

QUADROS ESTATÍSTICOS I
COMPOSIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO (1) BRASILEIRA

GRUPOS ETÁRIOS	1960		1970		1980 (2)	
	Em Número	Partic (%)	Em Número	Partic (%)	Em Número	Partic (%)
0 a 4 anos	11.169.093	15,9	13.811.806	14,8	16.423.700	13,8
5 a 9 anos	10.151.172	14,5	13.459.508	14,4	14.773.741	12,4
10 a 14 anos	8.534.605	12,2	11.859.119	12,7	14.263.322	12,0
15 a 19 anos	7.169.876	10,2	10.253.283	11,0	13.575.971	11,4
20 a 24 anos	6.243.540	8,9	8.285.805	8,9	11.513.220	9,7
25 a 29 anos	5.227.185	7,5	6.504.069	7,0	9.442.217	7,9
30 a 34 anos	4.504.537	6,4	5.664.940	6,1	7.686.290	6,4
35 a 39 anos	3.958.323	5,6	5.089.312	5,5	6.352.819	5,3
40 a 44 anos	3.233.194	4,6	4.535.592	4,9	5.723.881	4,8
45 a 49 anos	2.710.046	3,9	3.546.685	3,8	4.653.393	3,9
50 a 54 anos	2.156.644	3,1	2.940.357	3,2	4.109.260	3,5
55 a 59 anos	1.587.230	2,3	2.288.375	2,5	3.140.834	2,6
60 a 64 anos	1.397.415	2,0	1.791.127	1,9	2.445.585	2,1
65 a 69 anos	783.178	1,1	1.216.510	1,3	2.028.926	1,7
70 anos e mais	1.131.827	1,6	1.708.571	1,8	2.741.506	2,3
Idade Ignorada	112.592	0,2	183.978	0,2	128.041	0,1
TOTAL	70.070.457	100,0	93.139.037	100,0	119.002.706	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1960, 1970, 1980

Elaboração MPAS/CINTER

(1) Dados de população residente

(2) Informação obtida pela pesquisa do universo

II

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL

1983

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE (A)	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (B)	PESSOAS OCUPADAS (1) (C)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)		
				(B/A)x100	(C/A)x100	(C/B)x100
10 a 14 anos	14.382.418	2.654.089	2.534.875	18,45	17,62	95,51
15 a 19 anos	13.633.958	7.552.089	6.881.601	55,39	50,47	91,12
20 a 24 anos	11.552.126	8.124.112	7.459.419	70,33	64,57	91,82
25 a 29 anos	9.902.155	7.023.014	6.631.692	70,92	66,97	94,43
30 a 39 anos	15.664.693	11.225.560	10.864.619	71,66	69,36	96,78
40 a 49 anos	11.251.689	7.625.172	7.448.960	67,77	66,20	97,69
50 a 59 anos	8.262.824	4.542.307	4.464.066	54,97	54,02	98,28
60 anos ou mais	8.235.163	2.193.414	2.180.318	26,63	26,47	99,40
Idade Ignorada	1.802	943	943	52,33	52,33	100,00
TOTAL	92.886.828	50.940.700	48.466.493	54,84	52,18	95,14

Fonte: IBGE - PNAD, 1983

Elaboração MPAS/CINTER

(1) A informação diz respeito ao número de pessoas ocupadas na semana de referência
Exclusiva a população rural da Região Norte
Estão incluídas as pessoas que receberam somente em benefícios

III

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL

1970 - 80

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA			
	1970		1980 (1)	
	Em Número	Partic(%)	Em Número	Partic(%)
10 a 14 anos	1.512.873	5,1	2.059.948	4,8
15 a 19 anos	4.388.968	14,8	6.487.220	15,0
20 a 24 anos	4.793.721	16,2	7.392.951	17,1
25 a 29 anos	3.748.116	12,7	6.190.117	14,3
30 a 34 anos	3.317.893	11,2	5.034.158	11,6
35 a 39 anos	2.912.067	9,9	4.090.673	9,5
40 a 44 anos	2.604.697	8,8	3.603.766	8,4
45 a 49 anos	1.982.826	6,7	2.769.077	6,4
50 a 54 anos	1.544.091	5,2	2.232.095	5,2
55 a 59 anos	1.117.675	3,8	1.512.499	3,5
60 a 64 anos	764.538	2,6	951.815	2,2
65 a 69 anos	432.606	1,5	532.306	1,2
70 anos e mais	358.091	1,2	315.555	0,7
Idade Ignorada	79.062	0,3	63.532	0,1
TOTAL	29.557.224	100,0	43.235.712	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1960, 1970, 1980

Elaboração MPAS/CINTER

(1) Inclusive as pessoas procurando trabalho

IV

PESSOAS APOSENTADAS PELO SINPAS QUE RECEBERAM UMA APOSENTADORIA,

SEGUNDO O MOTIVO, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL

BRASIL

1983

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO)	PESSOAS QUE RECEBERAM UMA APOSENTADORIA													
	TOTAL		POR VELHICE		POR INVALIDEZ DOENÇA		POR INVALIDACID. TRAB.		POR TEMPO DE SERVIÇO		ESPECIAL		SEM DECLARAÇÃO	
	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %	Em Número	P. %
Até 1 SM	3.406.498	61,3	1.738.984	26,4	1.237.142	68,7	104.729	53,2	285.412	20,2	26.716	24,4	13.515	66,6
Mais de 1 a 2 SM	871.862	15,7	153.252	7,6	367.449	20,4	57.789	29,4	270.356	19,1	20.903	19,1	2.112	10,4
Mais de 2 a 3 SM	386.783	7,0	44.926	2,2	96.038	5,3	16.099	8,2	209.939	14,9	18.030	16,4	1.751	8,6
Mais de 3 a 5 SM	398.465	7,2	33.687	1,7	56.758	3,1	9.301	4,7	271.654	19,2	24.904	22,7	2.161	10,7
Mais de 5 a 10 SM	330.513	5,9	22.207	1,1	34.966	1,9	7.089	3,6	254.310	18,0	11.941	10,9	-	-
Mais de 10 a 20 SM	98.391	1,8	5.923	0,3	4.614	0,3	1.155	0,6	82.318	5,8	4.324	3,9	54	0,3
Mais de 20 SM	46.905	0,8	5.372	0,3	3.458	0,2	-	-	35.260	2,5	2.117	1,9	698	3,4
Sem Declaração	15.655	0,3	8.520	0,4	1.678	0,1	713	0,3	4.042	0,3	702	0,7	-	-
TOTAL	5.555.072	100,0	2.012.872	100,0	1.902.103	100,0	196.875	100,0	1.413.291	100,0	109.637	100,0	20.294	100,0

Fonte: IBGE, PNAD: Suplemento, Previdência, 1983.

V

NÚMERO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS MANTIDOS PELO SINPAS

(1980 - 84)

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
PREVIDÊNCIA URBANA (Total)	3.406.486	3.708.707	3.968.109	4.387.552	4.571.303
- <u>Aposentados</u>	2.134.416	2.335.703	2.519.388	2.824.813	2.923.349
- p/invalidez-doença	1.079.662	1.146.445	1.203.375	1.320.524	1.321.975
- p/invalidez-acidente trabalho	24.291	29.291	33.846	39.424	43.679
- p/tempo de serviço	658.113	732.380	796.200	892.897	925.245
- p/velhice	268.246	313.624	361.578	422.586	471.943
- especial	104.104	113.963	124.389	149.382	160.507
- <u>Pensionistas</u>	1.272.070	1.373.004	1.448.721	1.562.739	1.647.954
PREVIDÊNCIA RURAL (Total)	2.142.549	2.458.717	2.641.999	2.827.984	3.007.584
- <u>Aposentados</u>	1.681.453	1.914.498	2.031.537	2.156.345	2.253.230
- p/invalidez-doença	206.430	310.281	357.892	407.003	439.235
- p/invalidez-acidente trabalho	1.099	1.590	2.089	2.481	3.127
- p/tempo de serviço	-	-	-	-	-
- p/velhice	1.473.924	1.602.627	1.671.556	1.746.861	1.810.868
- <u>Pensionistas</u>	461.096	544.219	610.462	671.639	754.354
PREVIDÊNCIA FUNC. FEDERAL (Total)	121.704	127.169	130.617	137.288	140.730
- <u>Aposentados</u>	-	-	-	-	-
- <u>Pensionistas</u>	121.704	127.169	130.617	137.288	140.730
TOTAL GERAL	5.670.739	6.294.593	6.740.725	7.352.824	7.719.617
- <u>Aposentados</u>	3.815.869	4.250.201	4.550.925	4.981.158	5.176.579
- <u>Pensionistas</u>	1.854.870	2.044.392	2.189.800	2.371.666	2.543.038

Fonte: MPAS/INPS

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Weedin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com freqüência, em jornais e revistas de circulação nacional, têm sido publicadas notas contendo críticas ao Sr. Dejanir Dalpasquale, presidente do BNCC, em razão da solução que ele encaminha, no caso da dívida da CENTRALSUL com o BNCC.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a CENTRALSUL tem um passivo de 500 milhões de dólares, resultado de uma sucessão de administrações incompetentes, dilapadoras do patrimônio, corruptas, para um ativo de apenas 150 milhões de dólares.

O BNCC, junto com outras 18 instituições financeiras, que incluem o Banco Meridional e o BANRISUL, estão propondo uma solução de boa técnica bancária, comum nesses casos, uma solução negociada ao invés da simples execução, da simples liquidação judicial da CENTRALSUL.

Porque a execução judicial demanda um largo tempo, na qual é preciso levar em conta a existência de credores privilegiados, a paralisação da DEFENSA (hoje a única fonte geradora de recursos da CENTRALSUL), e o sucateamento dos bens até a decisão final.

Além disso, a solução judicial causará prejuízos irreparáveis ao cooperativismo gaúcho, mais precisamente 68 cooperativas, que envolvem 240 mil famílias do Rio Grande. Por isso é que a direção do BNCC está articulando, com as demais instituições bancárias, oficiais e privadas, uma solução negociada, que não é outra coisa senão a forma de reduzir o prejuízo do banco.

É fundamental que se lembre aqui no Senado que o Sr. Dejanir Dalpasquale não concedeu crédito de um só centavo à CENTRALSUL. Quando ele assumiu o banco, o BNCC já tinha realizado todas as operações de crédito com a CENTRALSUL.

Ao atual presidente do BNCC só coube administrar o grave problema criado pelas direções anteriores do banco e da CENTRALSUL.

Portanto, as notas, por sinal apócrifas, são injustas em relação ao presidente do BNCC. É extraordinário que as críticas praticamente ignorem as direções anteriores do banco e da CENTRALSUL, os seus desmandos, e procurem responsabilizar o Sr. Dejanir Dalpasquale pelo prejuízo causado ao BNCC.

Ora, o presidente do BNCC, na verdade, recuperou o banco, que antes operava com 50 cooperativas, hoje opera com mais de 1.000; tinha depósitos de 23 milhões, hoje tem 418 milhões; a carteira comercial era da ordem de 14 milhões, hoje é de 750 milhões.

O BNCC, quando Dalpasquale assumiu, tinha a descoberto no Banco Central 1 bilhão e 900 milhões de cruzados. Hoje, a conta com o Bacen está zerada, e o BNCC nunca mais recorreu à Reserva Bancária.

O Sr. Dejanir Dalpasquale tomou na sua gestão várias medidas de austeridade, como a venda de 20 carros e de um prédio no centro de São Paulo.

O BNCC já disparou o gatilho salarial duas vezes, provavelmente dispare de novo em abril. Deu aumento aos seus funcionários de 30 por cento e não tem problemas financeiros.

O BNCC é uma máquina saneada, e pronta para operar e ampliar suas operações, quando Dalpasquale assumiu, a entidade exibia um prejuízo líquido de 250 bilhões de cruzados, e fechou o balanço com um lucro de 243 milhões de cruzados. Enfim, a atual direção do BNCC restituiu ao banco dinamismo, credibilidade perante o sistema cooperativista e a opinião pública.

Tanto quanto são injustas as críticas endereçadas, elas se formulam no momento mais inoportuno, isto é, no momento em que o BNCC firma o passo e consolida a sua posição de instrumento essencial de crédito em favor do sistema cooperativista e por consequência, dos pequenos e médios produtores rurais, e, no momento em que exatamente a atual direção se prepara, se instrumentaliza para alargar os horizontes de ação do BNCC, dando continuidade, a necessária con-

tinuidade ao exitoso processo de saneamento da instituição.

Dou, da tribuna do Senado, a mesma que já foi ocupada pelo Sr. Dejanir Dalpasquale, e como catarinense, o meu testemunho, o testemunho de quem conhece Dalpasquale há mais de 20 anos.

Dalpasquale é homem público e homem da iniciativa privada, e em ambas as condições sua trajetória não conhece nenhum negócio mal explicado ou suspeito.

O presidente do BNCC é homem de reconhecida idoneidade e competência, atributos agora a serviço de uma instituição oficial.

Dalpasquale é um homem cuja vida é marcada pela luta em favor da liberdade e da democracia, como deputado, senador e dirigente do PMDB/SC.

Sua vida é caracterizada pelo duro combate aos desmandos e à corrupção.

Não serão notas anônimas, apócrifas, que colocarão em dúvida a honra, a honestidade, o dinamismo de Dejanir Dalpasquale, a quem, nesta oportunidade, manifesto meu integral apoio e solidariedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aluizio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No último dia oito foi publicado no **Jornal do Brasil** que a subcomissão de operações exteriores da comissão de aprovação de verbas do Senado dos Estados Unidos enviou carta ao BIRD — Banco Interamericano de Desenvolvimento, pedindo a suspensão do empréstimo ao Governo brasileiro para a pavimentação da BR-364, no trecho Porto Velho — Rio Branco.

Em função disso eu não poderia deixar de me manifestar sobre assunto que interessa de perto à sofrida população do Estado do Acre.

Entendo que no momento em que o Governo brasileiro decretou a suspensão do pagamento dos juros da dívida de médio e longo prazo, numa atitude corajosa e altiva do Presidente José Sarney, não podemos deixar de fazer uma certa ligação desse ato com a ameaça ao restante do País.

Quero esclarecer, Srs. Constituintes, que a ligação terrestre já existe desde a criação do Estado do Acre, em 1962, na forma de estrada não pavimentada. O que ocorre é que, na época de chuvas, a estrada é interrompida e o Estado fica isolado do resto do País, mantendo contato apenas por via aérea para o transporte de mercadorias, de onde podem os Srs. Senadores imaginar o sem número de dificuldades daí geradas para a população e para o desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além de acabar em definitivo com esses problemas temos também que pensar nos benefícios que essa ligação asfáltica trará ao Brasil, pois, com a continuação da BR-364, em direção ao Peru teremos um corredor de exportação que beneficiará todos os Estados da Amazônia, abrindo amplas possibilidades de desenvolvimento e para a efetivação de integração latino-americana.

Acredito fielmente que, após o caminho escolhido pelo Governo José Sarney, torna-se impres-

cindível um maior intercâmbio com nossos países vizinhos e que isso pode ser concretizado exatamente com esse passo do asfaltamento da BR-364.

Tenho certeza de que o Presidente José Sarney não deixará de envidar esforços para que isso se concretize, tomando as providências ora exigidas e que julgamos de todo necessárias para a proteção ao meio ambiente da Região Amazônica, mas de tal forma que não venhamos ter a interrupção da pavimentação. Quais sejam: a criação das reservas extrativistas que protegerão as seringueiras e as castanheiras e a demarcação das terras indígenas para a proteção da cultura indígena e garantia da sobrevivência daqueles que foram os primeiros habitantes do nosso País.

Mesmo porque o Governo Federal poderá contar, tenho certeza, com o Governo do Estado do Acre, além dos órgãos federais sediados no Estado, para a consecução dessa tarefa, registrando que logo no início de sua administração o Governador Flaviano Melo criou o Instituto do Meio Ambiente.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho pedir a este Plenário que também se manifeste a respeito do problema, a fim de que não se interrompa o processo de integração nacional, já que essa foi uma das promessas feitas publicamente em nosso Estado pelo saudoso Presidente Tancredo Neves. Inclusive informo aos Srs. que em audiência com o Presidente José Sarney fiz convite ao mesmo para a sua participação no III Encontro Macrorregional Fronteiriço que deverá se realizar em Rio Branco, logo após o encerramento dos trabalhos da Constituinte, quando deverão também estar presentes os Presidentes do Peru e da Bolívia.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se quinta-feira, dia 23, às 18 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1986 (nº 5.566/85, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera os artigos 1º e 3º do Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, que institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL, e dá outras providências (dependendo de parecer).

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1986 (nº 6.694/85, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o registro da propriedade marítima e dá outras providências (dependendo de parecer).

— 3 —

Mensagem nº 442, de 1987 (nº 613/86, no original), relativa a proposta para que seja autorizada

a prefeitura municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 114.269,13 (cento e quatorze mil, duzentos e sessenta e nove cruzados e treze centavos) (dependendo de parecer).

— 4 —

Mensagem nº 538, de 1986 (nº 733/86, na origem), relativa a proposta para que seja autorizada a prefeitura municipal de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 73.382,60 OTN (dependendo de parecer).

— 5 —

Mensagem nº 546, de 1986 (nº 765/86, na origem), relativa a proposta para que seja autorizada a prefeitura municipal de Mauá, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 446.400,00 OTN, para os fins que especifica (dependendo de parecer).

— 6 —

Ofício Nº S/4, de 1987 (nº 19/87, na origem), relativo a proposta para que seja rratificada a Resolução nº 383/86, que autorizou a prefeitura municipal de Oeiras, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados) (dependendo de parecer).

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 42 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DIVALDO SURUAGY NA SESSÃO DE 30-3-1987, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. DIVALDO SURUAGY (PFL — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil viabilizou-se, economicamente falando, graças à cultura da cana-de-açúcar. Até então, a extração do pau-brasil, embora ensejasse alguns lucros à Coroa portuguesa, não motivava, não justificava o processo de colonização em massa. A divisão da Colônia em Capitâneas Hereditárias proporcionou a plantação da cana-de-açúcar, que geraria uma atividade econômica rentável.

Ao longo da História do Brasil, nos seus duzentos primeiros anos, houve a coincidência do domínio político com o domínio econômico no Nordeste, graças ao açúcar. Não era sem razão que a capital da colônia, a sede do Governo Geral, era a cidade de São Salvador. A própria invasão holandesa, no Nordeste brasileiro, foi para defender os interesses econômicos da Holanda, porque o know-how tecnológico da construção dos engenhos de açúcar era holandês e a comercialização do produto, na Europa, era feita pela célebre Companhia das Índias Ocidentais. À época, as duas grandes superpotências do mundo ocidental eram a Espanha, defendendo os interesses do mundo católico, e a Holanda, defendendo os inte-

resses dos países protestantes. A morte de Dom Sebastião, Rei de Portugal, sem deixar herdeiros, levaria seu primo, Felipe II, Rei da Espanha, a arvorar-se Rei de Portugal e, conseqüentemente, Rei do Brasil. A Holanda, então, invadiu o Nordeste para defender seus interesses e os seus investimentos.

O Sr. Hugo Napoleão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Hugo Napoleão — Já vejo que V. Ex^a vai trilhar caminhos que, evidentemente, dizem respeito ao Estado de Alagoas e que se referem aos usineiros da Unidade da Federação que V. Ex^a tão bem representa. Mas, é nesse aspecto da História que eu gostaria de me fixar para dizer que, em verdade, foi, nessa época, após haver falecido na batalha de Alcácer-Quibir o jovem Rei Dom Sebastião, sucedido pelo seu tio, o velho Cardeal Dom Henrique que, evidentemente, não tendo herdeiros, Felipe de Espanha se julgando com direito à Coroa Lusitana, nesse momento avoca para si a mesma Coroa, porque era neto pelo lado materno de uma rainha portuguesa. Mas esse foi o ponto fundamental para a consolidação desse grande Território que é o Brasil, tendo em vista o desaparecimento da linha de Tordesilhas, quando o Brasil, todas as Colônias e, conseqüentemente, Portugal, que era a metrópole, caíram sob o domínio espanhol, nós então ganhamos esse Território imenso de que as Entradas e Bandeiras deixaram os seus rastros até hoje e, sem dúvida nenhuma, os antecessores dos usineiros do Estado de V. Ex^a

O SR. DIVALDO SURUAGY — E sofremos a invasão da Holanda, que era inimiga tradicional da Espanha. E Felipe II, estava muito longe, muito distante da grandeza de seu pai, Carlos V, que foi quem fundou o grande império espanhol. Mas a verdade é que Pernambuco e Alagoas porque na época, Alagoas pertencia à província de Pernambuco, a exemplo do que aconteceu com o Brasil, viabilizaram-se graças à cana-de-açúcar.

A primeira encruzilhada nossa, economicamente falando, foi quando os holandeses foram expulsos do Nordeste e se fixaram nas Antilhas; e o Brasil perde a produção da liderança mundial de açúcar. Cuba assume esta liderança pois estava muito mais próxima de um grande mercado que estava a surgir, que era o dos Estados Unidos e mais próxima, geograficamente, da Europa. Foi quando se descobriu ouro no Brasil Central. Aí, deslocou-se a sede do poder, tanto político quanto econômico, para o Sul do País. Nós sabemos que a transferência da sede do Vice-Reinado, da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, foi porque todo o ouro descoberto nas regiões conhecidas pelos Estados de Minas Gerais, Goiás e parte de Mato Grosso, era canalizado para o continente europeu, através do porto do Rio de Janeiro e as decisões políticas tinham que ficar ao lado das decisões econômicas.

Deslocou-se o centro do poder do Nordeste para o Sul, poder esse que se consolidaria quando o café encontrou seu *habitat* natural na região do vale do Paraíba, principalmente nas terras roxas de São Paulo. E quando, nos fins de século

passado, a Revolução Industrial chegou ao Brasil, sendo São Paulo a região mais capitalizada, era natural transformar-se nessa potência que é motivo de orgulho para todos nós.

Ao longo de todo esse processo, Alagoas conseguiu ser o segundo Estado produtor de açúcar e de álcool do Brasil. E a ironia é que o setor está sendo penalizado, neste instante, porque quando, em 1982, o Governo Federal afastou o Banco do Brasil da função de agente financeiro de todo o sistema produtivo sucroalcooleiro do País, os nossos produtores foram prejudicados. São Paulo nada sofreu, pelo contrário, foi beneficiado. Para que se tenha uma idéia de ordem de grandeza, a safra de 1982/1983 precisava, em Alagoas, de cinquenta bilhões de cruzeiros, e o volume de depósito na rede bancária privada era apenas de dezesseis bilhões. Sabemos que os bancos privados, acertadamente, selecionam clientes e, ao selecionar clientes, eles só fariam empréstimos àqueles empresários economicamente mais sólidos, o que prejudicava uma gama enorme de produtores de açúcar e de álcool. A atividade, em Alagoas, emprega mais de trezentas mil pessoas.

O Banco do Estado teve que socorrer essas empresas, captando recursos no Sul do País, para atender às necessidades dessas fábricas, pelo aspecto social que também elas possuem e pela importância que elas têm dentro do conjunto econômico de Alagoas.

As usinas de Pernambuco e as do Rio de Janeiro, que são os Estados que estão em terceiro e quarto lugares na produção nacional de açúcar e de álcool, para operarem financeiramente com os bancos privados, tiveram que apresentar aval do Instituto do Açúcar e do Alcool, exigência esta que não foi feita para as fábricas de Alagoas, porque elas tinham aparentemente melhores garantias empresariais.

Em fevereiro de 1986, implanta-se o Plano Cruzado, que tomou-se popular rapidamente, porque, em teoria, ele prejudicava duas atividades econômicas que são enxergadas como se fossem opressoras ou exploradoras do homem comum, que são os bancos e os supermercados. A popularidade do plano surgiu imediatamente em função disso, e os bancos Comind e Sul brasileiro tiveram suas portas fechadas, pois não suportaram o ônus das medidas tomadas. O que fazem os demais banqueiros? Procuram o Ministro da Fazenda e propõem o seguinte: que aceitariam as condições, desde que o Governo Federal honrasse os compromissos que possuía junto aos bancos privados. E, aí, as usinas de Pernambuco e as do Estado do Rio, que deviam cerca de oitenta a cem milhões de dólares, tiveram seus empréstimos transferidos para o Banco do Brasil. E as fábricas de Alagoas, não tiveram esse direito concedido às fábricas de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de outros Estados. As usinas alagoanas estão vivendo momentos de dificuldades e de angústia, como estão vivendo todos os segmentos da atividade econômica brasileira, porque nós estamos atravessando uma das crises mais difíceis, mais agudas, mais profundas, que a história deste País registra.

Assim, quero deixar o apelo, quero deixar o meu protesto, e quero deixar a minha solicitação, da Tribuna desta Casa, para que os Ministros da área econômica concedam aos empresários e aos

produtores de açúcar e de álcool de Alagoas, o mesmo critério que foi oferecido pelo Governo Federal, porque o meu Estado, está sendo penalizado pelo fato dos nossos empresários terem melhores condições de atuação dentro do mercado e do sistema produtivo brasileiro.

O Sr. Raimundo Lira — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — O Senador Raimundo Lira honra-me com a solicitação de um aparte.

O Sr. Raimundo Lira — Sr. Presidente, nobre amigo Divaldo Suruagy, o que acabamos de ouvir com relação ao tratamento discriminado que recebem os produtores de açúcar e álcool de Alagoas, já é uma rotina, um hábito e um costume do que acontece no sistema econômico brasileiro. Os Estados maiores discriminam os menores, as regiões mais ricas discriminam as mais pobres, porque, o que existe, no sistema da elite dirigente do Brasil, é a exigência do mais forte: se o mais forte ocupa uma posição de supremacia econômica, normalmente também ocupa uma posição de força na área política. E, desta maneira, os fortes e os poderosos normalmente têm melhor acesso e mais facilidade aos recursos existentes do País, que deveriam ser distribuídos de uma forma harmoniosa, justa e racional entre todos os Estados e regiões brasileiras. Conheço de perto o trabalho dos plantadores de cana e dos usineiros no Estado de Alagoas. Há vários anos, iniciei empresarialmente, seguindo a vocação da família, também no setor atacadista de açúcar e tive oportunidade de conhecer o trabalho dos produtores de açúcar do Estado de Alagoas. Eles são empresários, de um modo geral, dedicados e, em muitos casos, os próprios proprietários residem nas terras das usinas, nas propriedades, diferentemente de usineiros de outros Estados que moram em outras regiões, em Capitais e, muitas vezes, em capitais europeias. Solidarizo-me, portanto, com o protesto de V. Ex^a, e com o Estado de Alagoas, porque é um Estado irmão da Paraíba, um Estado trabalhador, sofredor e que vem sendo, ao longo dos anos, discriminado pelo sistema econômico nacional.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Quero agradecer, sensibilizado, o aparte do nobre Senador Raimundo Lira.

Numa das fases mais difíceis da história deste País, onde alguns Estados foram palco de conflitos de invasões de terra, as chamadas Ligas Camponesas, em Alagoas não se registrou um caso sequer, graças à sensibilidade desses empresários.

Quero, também, fazer outra denúncia por demais absurda: o *Jornal do Brasil*, de hoje, na sua seção econômica, traz o seguinte tópico: A Guerra do Sal.

E diz o *Jornal do Brasil* que está havendo uma luta absurda entre a PETROMISA e a PETROQUISA para ver quem vai aproveitar a produção de sal da Indústria Química da SALGEMA. Não quero entrar no mérito se vai ficar com a PETROQUISA ou a PETROMISA. Quero dizer o seguinte: o Brasil, segundo o próprio jornal, está importando, hoje, quinze milhões de dólares de sal. E o Estado de Alagoas, está gastando uma fortuna para jogar este sal no mar. É o maior absurdo

que se pode conceber. Imagino que a produção da SALGEMA com a da Fábrica de Potássio de Sergipe dariam para atender tranquilamente grande parte do mercado brasileiro. Mas, também, há o aspecto social dos salineiros do Rio Grande do Norte, dos salineiros do Estado do Rio de Janeiro, e jamais nós defenderíamos que, essas fábricas, fossem prejudicadas e afetassem milhares de pessoas que trabalham nas salinas de Macau e de Cabo Frio. Agora, o que não se justifica é o Brasil, um País auto-suficiente e tradicionalmente exportador de sal, gastar quinze milhões de dólares para comprar o produto no exterior, quando temos condições de evitar a perda de divisas.

De quinze em quinze milhões de dólares de importações de Sal, arroz, carne e até de tampa de garrafa de cerveja, foi que as nossas reservas cambiais caíram de doze bilhões de dólares para quatro bilhões e oitocentos milhões, em apenas cinco meses, levando este País à moratória.

Quero, mais uma vez, fazer esta denúncia, porque é absurdo, é inconcebível, um País que tem uma capacidade de produção como o Brasil, estar importando sal, arroz, até café, sendo um dos países mais ricos do mundo.

O Sr. João Lobo — Era.

O Sr. Divaldo Suruagy — O Senador João Lobo diz era, mas temos a certeza de que pela vitalidade, pela potencialidade e pelas respostas fáceis e rápidas que este País dá aos investimentos legítimos, quando são administrados com competência, o Brasil superará esta crise mais uma vez, e teremos condições de oferecer um exemplo ao mundo da capacidade de trabalho e da potencialidade do povo brasileiro!

O Sr. João Lobo — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Divaldo Suruagy — É com muita honra que concedo o aparte ao eminente Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Senador Divaldo Suruagy, eu, infelizmente, não presenciei todo o seu discurso, nesta tarde, mas vou procurar a Taquigrafia para tomar conhecimento, porque sei que foi uma lição de inteligência e de experiência que V. Exª deu nesta tarde. Mas, fatos como esses que V. Exª cita, do desperdício da capacidade produtora deste País, do mau emprego dessa capacidade, fazem com que me lembre de uma frase do famoso Ministro Delfim Netto quando, falando certa vez sobre as potencialidades do Brasil, sobre os canais, sobre os processos de irrigação, comparando Israel, talvez os outros países, a Espanha, com o Brasil, o Delfim Netto, numa de suas arrancadas, dizia no momento: Não há termos de comparação; não podemos fazer paralelos. Porque, vejam vocês, os canais de irrigação do Formoso, célebre projeto de arroz que Goiás apresenta para todo o mundo, circulam nos canais, surubins de dezoito quilos. É qualquer coisa de inusitado — tenho a impressão de que o israelenses, os próprios espanhóis, conhecedores disso, vão pôr em dúvida a existência de tais canais. Mas tudo isso existe no Brasil; este é um País formidável, de dimensões continentais em que as coisas apenas começam a se definir. Apenas estava preocupado com a finalização do discurso de V. Exª dessa importação de sal que o Brasil vai fazer agora.

Porque, uma das metas do Governador recém-eleito do Estado Piauí, Alberto Silva, para tirar o Estado dessa pobreza em que este se coloca no panorama nacional, é fazer um rio Parnaíba navegável, de Luís Corrêa até quase suas nascentes, em Santa Filomena ou Vitória do Alto Parnaíba. E essa navegabilidade do rio Parnaíba será restaurada e justificada pelo transporte de sal, que se fará dos portos de Luís Corrêa para o interior dos Estados do Piauí e Goiás. Não sei onde o Piauí vai encontrar sal para fazer desse transporte um dos motivos salvadores da sua economia, possivelmente, deve ser dessa importação que V. Exª acabou de mencionar. Muito obrigado a V. Exª pela oportunidade de participar do discurso de V. Exª

O SR. DIVALDO SURUAGY — Senador João Lobo, agradecendo o aparte de V. Exª quero lhe entregar o recorte do **Jornal do Brasil** para que mostre ao Governador Alberto Silva.

Concluindo o meu discurso, gostaria apenas de lavar o meu protesto, porque um país, repito, que tem uma capacidade produtiva, como o nosso, está gastando uma fortuna importando sal, importante produtos, deve estar causando estupefação à sociedade brasileira e nos deixando numa situação altamente constrangedora diante do mercado internacional. (Muito bem! Palmas)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 8-4-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É com profunda tristeza que comunico à Casa o falecimento do Professor Haroldo Teixeira Valadão, um dos grandes juristas deste País, Professor de Direito e seguramente uma das figuras mais conhecidas nos pólos internacionais.

O Professor Haroldo Teixeira Valadão faleceu ontem aos 86 anos, tendo nascido em 1901, no Estado de São Paulo. Para mim, esse desaparecimento tem um sentido mais profundo. Ele foi meu professor de Direito Internacional Privado, na Faculdade Nacional de Direito e também no curso de Doutorado. O Professor Haroldo Valadão era, na América Latina, eu quase que diria no Ocidente, conhecido e festejado como a maior autoridade em Direito Internacional Privado. Conhecido em todas as Américas como membro da **Interamerican Bar Association**, ou seja, Associação Interamericana de Advogados e **American Society of International Law**, Associação Interamericana de Direito Internacional.

Sempre que me lembro do professor vem-me à memória, não apenas as suas aulas magistrais, mas sobretudo as lições de vida que era capaz de transmitir aos seus alunos. Aliás, no curso de Direito, o professor continua a ser uma figura imprescindível, na medida em que ele é um exemplo em que o aluno se possa subsumir. Tinha uma grande preocupação para que os alunos não tivessem dispersão, mostrava que o segredo do sucesso consistia não apenas na constância, mas sobretudo na objetividade. Ele com rara freqüência, aliás com muita freqüência, citava uma frase

francesa que dizia o seguinte: "Tiens toi à ton sujet" ou seja, fica na tua coisa; ele não admitia que o aluno extrapolasse dos limites, dos encargos que lhe eram dados em aula. E esse exemplo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, seria oportuno no Senado, nesta oportunidade, aliás para o Congresso, quando estamos fazendo a nova Constituição. Se todos nós nos atívéssemos às tarefas que as responsabilidades nos reservam, seguramente haveríamos de prosperar melhor nessa nova Constituição.

O exemplo do Professor Valadão estará nesta Constituinte, porque muitos, uma grande parcela dos Constituintes é seguramente composta de ex-alunos seus.

Talvez o Senado, em outra ocasião, tenha oportunidade de cultuar melhor esta figura. Seguramente haverá de realizar sessão especial, pela dimensão do homem que foi, e que haverá de ficar na história ao nível das figuras jurídicas que ele admirava como Andrés Bello, no Chile e Teixeira de Freitas, no Brasil.

Lembro-me, que um vez no Paraná o Professor Valadão me disse que iria deixar a Procuradoria Geral da República; isso foi em 1968. Eu disse: Mas por que Professor? E ele — Chaves eu não posso participar de um regime fascista. E aquilo me desvaneceu, porque me parecia ser o Prof. Valadão uma figura até conservadora. Mas, amigo que era do Direito e dos seus princípios, nem sequer, com o regime de 64, com o qual inicialmente se afinara, viera depois a se identificar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse registro faço com profundo pesar, com as limitações do tempo que o Presidente teve a bondade de me conceder. E peço à taquigrafia que insira no meu registro um ligeiro esboço biográfico do Professor Haroldo Teixeira Valadão, contido no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, período, período 1930 a 1983 e na grande Enciclopédia Delta Larousse, da mais recente edição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, com a preocupação de não comprometer a continuidade dos serviços do Senado na noite de hoje. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LEITE CHAVES.

Valadão, Haroldo — consult.-ger.
Rep. 1947-1950; proc.-ger.

Rep. 1967.

Haroldo Teixeira Valadão nasceu em São Paulo no dia 5 de setembro de 1901, filho de Alfredo Vilhena Valadão e de Maria Isabel dos Reis Teixeira Valadão. Seu pai foi importante jurista e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) de 1916 a 1935.

Fez os estudos primários e secundários no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cursando os colégios São Bento e Anchieta, dos jesuítas. Em 1917, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da capital federal, pela qual se diplomou em 1921. Em 1929 iniciou carreira no magistério superior como livre docente, ingressando mediante concurso na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Nomeado procurador criminal da República no Distrito Federal, em dezembro de 1932, por um

período de três meses, no ano seguinte voltou a ser nomeado para o cargo, dessa vez por um período de seis anos. Durante essa fase de sua carreira atuou também como Relator da Comissão Legislativa e Imigração e Naturalização e membro do Conselho Penitenciário, sendo designado, em 1934, procurador regional eleitoral.

Ainda nessa época, na primeira metade da década de 1930, já mestre em direito civil internacional, integrou a seção brasileira do Comitê Jurídico Internacional de L'Aviation, cujo objetivo era estudar a doutrina e a colaboração em leis sobre o assunto. De 1936 a 1939 lecionou respectivamente no Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura e no Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura.

Em 1940, através de concurso, tomou-se professor catedrático de direito internacional privado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Presidiu o Instituto dos Advogados Brasileiros entre 1944 e 1946 e no exercício desse cargo esteve em Havana, Cuba, onde pronunciou quatro conferências sobre direito na Academia Interamericana de Leis Comparativas. Ainda em 1945 lecionou no curso de emergência para a formação da reserva da justiça no Ministério da Guerra.

Em fevereiro de 1947 foi nomeado consultor-geral da República, no governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Substituiu Odilon da Costa Manso, permanecendo no cargo até abril de 1950, quando foi substituído por Luciano Pereira da Silva. Nesse interim integrou em 1948 a comissão de estudos do Conselho de Segurança Nacional. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 1955 a 1959, foi designado durante o governo do marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969) Procurador-Geral da República no lugar de Alcino Salazar. Exerceu o cargo de abril a novembro de 1967, sendo substituído por Décio Miranda.

Chefiou a delegação do Brasil às conferências de direito internacional realizadas em Genebra, na Suíça, em 1971 e 1972, atuando como delegado único à XII Conferência de Direito Internacional Privado, em Haia, na Holanda, ainda em 1972. Em 1975 chefiou a delegação brasileira à Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, no Panamá.

Além desses cargos e funções, foi também professor de direito internacional privado na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representante de São Paulo junto ao conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil, membro e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Casou-se com Margarida Bandeira de Melo Valadao, com quem teve dois filhos.

Autor de numerosos artigos para revistas especializadas, publicou *O ensino e o estudo do direito, especialmente do direito internacional privado, no Velho e no Novo Mundo* (1940); *Em defesa da personalidade humana* (1941); *Do pagamento e da força maior no direito internacional privado* (1941); *Decisão contrária às leis federais* (1941);

FONTES: CORRESP. PROC. GER. REP. COÚTINHO, A. *Brasil: Estado de São Paulo* (19-9-76 e 19-9-81); *Grande encic. Delta*. GUIMARÃES, A. *Dic.*; HISRSCHOWIOWZ, E. *Contemporâneas; Jornal do Brasil* (9-9-81). LEITE, A. *História*; MELO, L. *Dic.*; SOUSA, J. *Verdade*.

Direito, solidariedade, justiça (1943); *A devolução nos conflitos sobre a lei pessoal; Conflito das leis nacionais dos cônjuges nas suas relações de ordem pessoal e econômica e no desquite; Justiça, democracia e paz, e Estudos de direito internacional privado*.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES, NA SESSÃO DE 8-4-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PA) Para discutir. Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Embora não exerça função de liderança, não posso deixar de me ater aqui à exposição que informa o projeto. Veja V. Ex. e vejam os Srs. Senadores, que não há velocidade nenhuma no encaminhamento da proposição a esta Casa. Esses recursos não se destinam à ampliação da Marinha Mercante, auxiliar da Marinha de Guerra.

Destina-se, Sr. Presidente, este projeto, a prover necessidades de reparações urgentes, inclusive de petroleiros, e de atividades ligadas à Marinha Mercante sem as quais haverá perecimento, prejuízos iminentes para essa atividade. Seria de se concordar com a declaração de voto do Exmº Sr. Senador Roberto Campos, se se desejasse ampliar, se se procurasse ampliar, elastecer o volume de nossa Marinha. Mas não. O empréstimo tem uma finalidade específica: é de reparação urgente...

O Sr. Roberto Campos — V. Ex. permite um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — ... de unidades da Marinha Mercante, sem o que a própria Marinha de Guerra haveria de sofrer solução de continuidade.

Não sei, Sr. Presidente, se se pode dar aparte em sustentação. Se se puder, o Senador Roberto Campos tem o meu.

O Sr. Roberto Campos — Apenas para esclarecer que a finalidade do projeto é de dar recursos à Marinha do Brasil para a construção de navios auxiliares, hidrográficos, oceanográficos, em estabelecimentos nacionais. É o financiamento da construção. Não se trata de reparação de navios hidrográficos ou oceanográficos.

O SR. LEITE CHAVES — Mas, Senador, então V. Ex. impugna o que está aqui na informação; nas razões expositivas:

Entre tais meios incluem-se navios auxiliares e hidrográfico-oceanográficos cujas tarefas típicas contribuem, inclusive, para a segurança e eficiência da navegação mercante. Meios que, além dos valiosos serviços que prestam à Marinha, possam complementar as necessidades da Marinha Mercante, numa eventualidade ou em situações de crise, através do transporte de combustíveis, lubrificantes, gêneros etc. São navios petroleiros, transporte de carga e de pessoal, rebocadores de alto-mar e navios que realizam serviços de hidrografia, de oceanografia e outros.

Vale ressaltar a contribuição inestimável que os navios hidrográfico-oceanográficos, tradicionalmente, prestam para a segurança da navegação mercante ao longo de nossa vasta fronteira marítima.

Da mesma maneira, os rebocadores de alto-mar cumprem importante papel na execução das ações de busca e salvamento, dentro da grande área marítima de responsabilidade do Brasil, contribuindo para elevar a segurança da navegação e para baixar o valor do prêmio dos seguros das cargas transportadas pela Marinha Mercante.

Não quero me alongar, mas vez V. Ex. que há entre a afirmação pessoal do ilustre e respeitável Senador a justificação do projeto uma divergência fundamental. É por isso que nós não temos razões para deixar de votar pela sua aprovação.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA NA SESSÃO DE 10-3-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O Exmº Sr. Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Henrique Sabóia, na qualidade de Coordenador do Conselho Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), a que se acha vinculado o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), vem procurando estimular a participação dos setores representativos da sociedade brasileira nas ações empreendidas pelo Governo Federal, no sentido da consolidação da presença do Brasil no Continente Antártico.

Assim sendo, o Senado Federal foi honrado por um convite formulado por Sua Excelência, no final do ano passado, para que este Parlamentar e o Senador Odacir Soares compusessem a comitiva que visitaria as instalações brasileiras em solo austral.

Tão honroso convite a nós dirigido justificou-se pela curiosidade e interesse que nos têm despertado o Problema Antártico.

No dia 12 de dezembro de 1986, deslocamos para o Rio de Janeiro. Lá, no Aeroporto Militar do Galeão, fomos apresentados ao Brigadeiro do Ar Luiz Carlos Picorelli Figueiredo, Comandante da 5ª Força Aérea de Transporte Aéreo (FATA), responsável pelos meios aéreos de apoio à operação Antártica. Da mesma forma, tivemos a oportunidade de conhecer os Comandantes Nélio da Silva e José Roberto Pimenta de Mello, ilustres Oficiais da Marinha Brasileira, figuras de grande importância no Programa Antártico Brasileiro, os quais compunham a comitiva e nos forneceram inúmeras explicações, muito úteis e valiosas. O Comandante Nélio era, na ocasião, o gerente do Projeto Antártico (PROANTAR), responsável pela organização das expedições ao referido Continente. O Comandante Pimenta é Assessor de Polícia Marítima do Sr. Ministro da Marinha, especialmente designado para nos acompanhar na aludida viagem.

A bordo de um avião "Hércules C-130", iniciamos nosso deslocamento, primeiramente até Pelotas, o qual duro, aproximadamente, duas horas. Após pernoitarmos naquela cidade gaúcha, prosseguimos viagem com destino a Punta Arenas, no Extremo-Sul do Chile, atravessando todo

o território argentino, perfazendo quase sete horas de voo. Após o nosso pomeite em Punta Arenas, deveríamos seguir para a Base Tenente Rodolpho Marsh, do Chile, na Ilha do Rei Jorge. Entretanto, um incidente ocorrido com uma das hélices do "Hércules", devido aos fortíssimos ventos da região, obrigou-nos à permanência de um dia em Punta Arenas, a fim de que aguardássemos os reparos necessários.

Finalmente, prosseguimos a viagem (de aproximadamente duas horas) até a cidade Base Tenente Marsh. Deixando Punta Arenas, já pudemos apreciar às paisagens da Terra do Fogo até os extremos limites da América do Sul. Cruzamos, então, o Oceano Atlântico, sobre o Passo de Drake, até atingir a ilha do Rei Jorge, Arquipélago das Shetland do Sul, Latitude 62°05'S — Longitude 58°23'5W.

Na Base Tenente Marsh, após simpática e hospitaleira recepção pelos chilenos ali sediados, tomamos um helicóptero, a eles pertencente, que nos levaria às instalações brasileiras.

Chegamos, enfim, à Estação Antártica Comandante Ferraz, um pedaço do Brasil naquela vastidão solidária.

São sentimentos difíceis de descrever os que experimentamos ao constatar o trabalho louvável dos brasileiros que, distantes de suas famílias, sofrendo os rigores de um clima agressivo e enfrentando as maiores dificuldades, asseguram ao Brasil a participação no esforço mundial para o melhor conhecimento daquele Continente.

Tivemos a oportunidade de registrar, em livro a esse fim destinado, as nossas impressões, sobretudo a importância do convívio pacífico de pessoas das mais diferentes nacionalidades — uma experiência talvez inédita, nessas proporções, na História da humanidade.

Emocionou-nos, sobremaneira, o fato de apreciarmos, orgulhosamente, o nosso Pavilhão Nacional, drapejando ao sopro dos gelados ventos antárticos, marco indelével do Brasil no último Continente a ser explorado pelo homem.

Fortaleceu-se nossa convicção de que, a despeito de opiniões contraditórias, algumas considerando injustificado o emprego de recursos na Antártica, é de suma importância a presença brasileira, por motivos que terei oportunidade de abordar mais adiante.

E honrou-nos, sobretudo, o fato de termos sido os primeiros Senadores Brasileiros a pisar no solo antártico. Representantes da Câmara dos Deputados já o haviam feito. O Senado Federal viu-se, desta forma, representado pela primeira vez.

É digna dos maiores louvores, Sr. Presidente, a decisiva atuação, nessa conquista, de nossa Marinha de Guerra.

O apoio logístico a toda a comunidade científica que ali desenvolve suas pesquisas é proporcionado pelas duas Armas, immanadas e coesas, comungando um ideal cuja concretização é pontilhada de inúmeros sacrifícios. São verdadeiros Bandeirantes do Século XX que, renunciando ao conforto de seus lares, prestam ao Brasil um serviço de relevante importância, arriscado e patriótico, que a nossa História, tenho certeza, saberá registrar em páginas imorredouras.

É, portanto, com base nas minhas observações pessoais e motivado pelo grande interesse que me desperta o assunto, devido à sua importância para o Brasil, que tenho a honra de ocupar esta Tribuna para abordar o problema antártico.

Através da análise detalhada dos seus aspectos fisiográficos, econômicos, históricos, jurídicos e geopolíticos, pretendo apresentar minhas conclusões a respeito.

Gostaria de, antes de finalizar esta introdução, dizer alguma coisa sobre a controvérsia existente com relação ao emprego dos vocábulos "Antártida" e "Antártica", pois é comum verificar-se o uso de ambas as formas, inclusive pelos dicionaristas pátrios.

Razões diversas são alegadas pelas duas correntes, para justificar esta ou aquela grafia.

Não sendo meu intuito aprofundar este aspecto, desejo colocar apenas dois dados importantes: primeiro, que o termo "Antártico" resultaria da fusão de ANTI e ARTIKOS, ou seja, a região oposta ao Pólo Norte; em segundo lugar, vale lembrar que o Estatuto que regulamenta juridicamente o Sexto Continente denomina-se Tratado da Antártica.

A verdade é que as duas formas são usuais, apesar de várias tentativas de uniformização linguística, o que, naturalmente, ocorrerá com o tempo.

Aspectos Fislográficos

A Antártica é um Continente cuja extensão é de quatorze milhões de quilômetros quadrados, quase o dobro, portanto, do Brasil, maior que a Europa, duas vezes a Austrália, quinze vezes a Groenlândia, metade da África e pouco menor que a América do Sul, possuindo 25.000.000 Km² de gelo, acumulados durante milênios, concentrando 90% de toda a água doce existente no planeta.

Considera-se região Antártica as águas, as ilhas e o Continente ao Sul de um determinado paralelo, que tem oscilado entre 53°S e 66°32'S.

Atualmente, esse Continente é isolado dos demais. Existe, porém, a chamada "Teoria das Derivas Continentais", segundo a qual a Antártica teria feito parte de um grande Continente, a "Gondwana", constituída pela própria Antártica e mais a América do Sul, a África, a Arábia Saudita, a Índia, a Austrália, a Nova Zelândia e a Nova Guiné.

Por processos naturais de transformações sofridas pelo nosso planeta, ao longo dos séculos, teria havido uma ruptura, isolando totalmente esse misterioso e ignoto Continente, cujo isolamento é feito pelo Oceano Glacial Antártico, originário que é dos três grandes Oceanos, o Pacífico, o Atlântico e o Índico.

A água é a grande soberana dessas paragens longínguas. Desde a água líquida, com sais dissolvidos, que constitui o rico mar Antártico, até as estruturas mais complexas de gelo, que podem atingir 4.000 metros de profundidade.

Com uma temperatura média anual de 25° centígrados negativos, podendo ultrapassar os 90° negativos (sendo, portanto, mais frio que o Ártico), a região é uma das mais agressivas do planeta. O vento chega a atingir a velocidade de 300 Km/hora, tornando praticamente impossível a vida a descoberto. Some-se a isso a extrema secura do ambiente, pois a umidade do ar chega a atingir 2% possuindo um ar tão puro que praticamente impede a proliferação de germes. Pode-se afirmar que é o lugar mais seco do mundo (até mais do que um dos mais áridos desertos, que é o de Gobi, na Mongólia), com uma precipitação pluvial inferior a 6mm por ano.

A altitude aproximada é de 2.400 metros, sendo, portanto, mais alto que os demais Continentes.

As manifestações de vida na Antártida são reduzidas. Os vegetais resumem-se em algas, fungos, musgos e líquens. Não há vegetais superiores, salvo a ocorrência de duas ou três espécies de gramíneas na Península Antártica, mais úmida e mais apropriada para a vida (onde, conseqüentemente, os países que empreendem pesquisas na região preferem instalar suas bases).

A vida animal limita-se, em sua grande maioria, a seres que, de uma forma ou de outra, vinculam sua existência ao mar, seja habitando-o, seja retirando dele os elementos vitais à sua sobrevivência. São raríssimos os insetos, destacando-se a "mosca-sem-asas", branca, cujas larvas são capazes de resistir à congelação, dada a sua peculiaridade orgânica.

Nos mares antárticos, destaca-se a existência do "Krill", um pequeno crustáceo, malacostráceo, produzido em milhões de toneladas, constituindo-se em alimento fundamental para todos os vertebrados que habitam a região: os pingüins, as gaivotas, focas, baleias e os peixes, além dos invertebrados.

O "Krill", para consumo *in natura*, não é agradável ao paladar. Seu aproveitamento dá-se mais através da transformação do crustáceo em uma espécie de pasta, para consumo humano, sendo que a União Soviética, o Japão e o Chile são os países que mais se dedicam à sua industrialização.

Dentro do ecossistema antártico, o "Krill" desempenha um papel fundamental, pois constitui-se em alimento básico para as baleias e demais seres vivos daquilo que pode ser chamado de o maior ecossistema marinho do globo.

Para se ter uma idéia, sabe-se que cada pingüim consome, em média, 1 Kg de "Krill" por dia. Devido à captura do crustáceo, essas aves sentem dificuldades na obtenção do seu alimento básico, tendo de caminhar quilômetros e quilômetros para encontrá-lo.

Lamentavelmente, já é constatável a ação danosa do homem sobre esse ecossistema. A baleia azul está quase extinta da região. As focas são alvo de caça indiscriminada.

O "Krill" é industrializado *in loco*, sendo retirado em quantidades alarmantes, o que nos leva a prever que, caso não haja uma atitude firme por parte dos países signatários do Tratado Antártico, haverá mais uma tragédia ecológica no último Continente a ser conquistado pelo homem.

Obviamente, todas as características físicas do Continente dizem respeito ao Brasil, devido à nossa proximidade geográfica (a América do Sul dista, aproximadamente, tomando-se por base a Terra do Fogo, 4.000 Km).

Nossas condições climáticas e atmosféricas são diuturnamente influenciadas pelo Continente gelado. A América do Sul, em sua extremidade meridional, é abarcada, de leste a oeste, pelas correntes frias dele oriundas.

Se ocorresse um hipotético derretimento do gelo dos pólos terrestres, calcula-se que a superfície dos mares sofreria uma elevação aproximada de 70 metros, o que significaria a submersão de todas as nossas cidades litorâneas ao nível do oceano, caso em que a quase totalidade das Capitais brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro e Manaus, seriam varidas do mapa.

Pretendo, Sr. Presidente, tecer considerações mais aprofundadas a respeito da influência do Continente Antártico sobre o Brasil, com seus inevitáveis desdobramentos políticos, em outra parte deste pronunciamento.

Trata-se, inquestionavelmente, de uma das regiões mais inóspitas do mundo, pois a fixação do homem é extremamente dificultada, tanto pelo difícil acesso como pelas baixas temperaturas, os gelos, os ventos constantes e os mares tempestuosos.

Se no Ártico, num raio de 3.200 Km ao redor do Pólo Norte, vivem mais de um milhão de pessoas, em superfície idêntica do Pólo Sul encontram-se apenas bases científicas e estações meteorológicas.

Entretanto, Sr. Presidente, tais adversidades não devem esmaecer na alma de cada brasileiro, a convicção de que a ocupação da Antártica é questão de vital importância para o futuro de nossa Pátria.

E se hoje os brasileiros podemos nos orgulhar de nossa efetiva presença na Antártica; se constatamos, orgulhosamente, que nossa Bandeira tremula, solitária, na solitária alvura daquele continente, necessário se faz que rendamos nossas justas homenagens a um punhado de abnegados, verdadeiros bandeirantes da modernidade, cujo exemplo ficará indelevelmente gravado nas páginas da História, e nesse aspecto avulta o trabalho da nossa Marinha.

A par da valiosa contribuição científica que estão prestando ao País e à humanidade, cresce de importância o fato de estarem provando a todos nós que, embora a região seja agressiva, nela a vida humana é possível, se levamos em conta os recursos da moderna tecnologia.

A verdade é que as geleiras antárticas recobrem antigas florestas e jazidas de minerais, pedras preciosas, ouro, prata, carvão, ferro, urânio, manganês, petróleo e outras riquezas de exploração difícil, mas não impossível. Cerca de 170 minerais diferentes já foram assinalados na região.

Geologicamente, o continente pode ser dividido em Antártica Oriental (2/3 do continente) e Antártica Ocidental, por uma linha que une os mares de Weddell ao de Ross. Cada setor tem características distintas.

A maior evidência das riquezas minerais ali existentes resulta da semelhança da estrutura geológica da Antártica e suas zonas defrontantes adjacentes da América do Sul, África e Austrália.

O que diferencia, basicamente, os dois extremos do Globo é que o Ártico constitui-se numa bacia marítima, formada por gelos eternos, tanto assim que já permitiu a navegação sob os gelos, há alguns anos, pelo Submarino Atômico "Nautilus", da Marinha dos Estados Unidos. Por seu lado, o Continente Antártico é terra firme, coberta de gelo. Isso dá bem uma medida do que pode representar em termos econômicos.

Aspectos Históricos

As primeiras hipóteses a respeito da existência da Antártica datam de 2.200 anos, quando Hiparco e Ptolomeu concluíram que existia uma terra desconhecida do outro lado do mundo. Na Grécia antiga, Aristóteles previa a existência de uma Antártica gelada.

Somente no Século XVI é, que através das navegações portuguesas, que se aventuraram pelos mares antárticos, a humanidade começou a ter indícios concretos da existência daquele Continente.

Uma cronologia histórica sobre a Antártica pode assim ser sintetizada:

— 1501 — Américo Vespúcio, sob a Bandeira de Portugal, atinge o paralelo de 53° e descobre as Malvinas (Falklands) e as Geórgias do Sul;

— 1520 — Fernão de Magalhães, sob a Bandeira da Espanha, descobre a Terra do Fogo, o Estreito de Magalhães, atingindo o Oceano Pacífico;

— 1772/1775 — Sir James Cook, com o barco "Resolution", faz a circunavegação do Continente, atingindo a latitude de 71°10'S;

— 1819 — Fabian Thaddeus von Bellingshausen, da Rússia, atinge as primeiras terras abaixo do Círculo Polar Antártico;

— 1820 — Edward Bransfield, do Reino Unido, atinge a Ilha de Pedro I;

— 1839 — Charles Wilkes, dos Estados Unidos da América, atinge a Terra de Wilkes, na Grande Antártica;

— 1840/1842 — Dumont d'Urville, França, atinge a Terra de Adelié e o Mar de Ross (78°10'S);

— 1840/1842 — James Clark Ross, do Reino Unido, atinge a Terra de Adelié e o Mar de Ross (78°10'S);

— 1882/1883 — I Ano Polar Internacional, com a participação de doze países;

— 1882 — Participação do Brasil nas observações sobre a passagem de Vênus pelo Disco Solar, com a Corveta "Pamahyba", comandada pelo Comandante Luís Philippe Saldanha da Gama, tendo como pesquisador o Dr. Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

Tal fato teve um dado interessante: o Imperador D. Pedro II solicitou ao Parlamento a liberação de recursos para a expedição, mas teve sua solicitação recusada. Em vista disso, financiou com seus próprios meios financeiros o empreendimento.

— 1897 — Gerlache, da Bélgica, comanda a 1ª Expedição que passou o inverno na Antártica.

— 1911 — Roald Amundsen, da Noruega, atinge o Pólo Sul Geográfico;

— 1928 — Richard Byrd, dos Estados Unidos, realiza a primeira viagem aérea sobrevoando o Pólo Sul em 1929.

— Julho de 1957 a dezembro de 1958 — Realização do "Ano Geofísico Internacional para Antártica", com estudo das seguintes áreas: Ciências da Terra, Oceanografia, Meteorologia, Física da Alta Atmosfera e Glaciologia.

Desse empreendimento participaram os seguintes países: Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos da América, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, Reino Unido da Grã-Bretanha e União Soviética.

O Brasil não teve participação, no Ano Geofísico Internacional, em solo antártico. Entretanto, através do Navio Oceanográfico "Saldanha da Gama", levou a efeito importantes pesquisas marítimas, tais como: fenômeno das marés; o problema do encontro das camadas de água fria do Sul com as de água tépida; as correntes superpostas que caminham do Pólo Sul em direção ao Norte do País, a pressão, a temperatura e a salinidade das águas, e, finalmente, equipamos a Ilha da

Trindade com as instalações necessárias a um posto oceanográfico.

Certamente influiu na participação em menor escala, em relação aos demais países, o fato de o Brasil estar voltado, na época, para a sua interiorização, e inclusive a mudança da Capital Federal para Brasília.

— 1959 — Elaboração do Tratado da Antártica, em Washington, com a participação dos países que se integraram ao Ano Geofísico Internacional, há pouco citados.

Nosso País levou a efeito as necessárias gestões diplomáticas com o objetivo de também participar da elaboração do Tratado. Foi recusada tal participação, principalmente pelos Estados Unidos. Causou estranheza, na época, e o Brasil enviou Nota ao Governo de Washington, a 30 de julho de 1958, exprimindo a sua não concordância com os critérios de seleção dos países que tomariam parte na reunião; reclamou o direito de opinar sobre a Antártica; afirmou não se sentir obrigado por nenhuma deliberação que viesse a ser tomada à sua revelia, com respeito à Antártica; salientou a importância estratégica da Antártica para a defesa continental, o que determinara a inclusão do setor americano do território antártico na zona descrita pelo Artigo 4º do Tratado de Assistência Recíproca, pelo que não se poderia excluir da conferência um país da importância do Brasil. Finalmente, declarou, peremptoriamente, que, desatendidas que fossem suas ponderações, se reservava o direito de livre acesso à Antártica, assim como o de apresentar as reivindicações que pudesse vir a julgar necessárias.

— 23 de junho de 1961 — Início da vigência do Tratado da Antártica, por 30 anos;

O Brasil na Antártica

Particularizando a cronologia, no tocante às ações brasileiras em relação à Antártica, temos:

— 1882 — O Capitão-de-Fragata Luís Philippe Saldanha da Gama e o Dr. Luís Cruls, a bordo da Corveta "Pamahyba", fazem observações, a 6 de dezembro de 1882, da passagem de Vênus pelo Disco Solar;

— 1975 — Adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, tendo a sua promulgação pelo Decreto nº 75.963;

— 1982 — O Presidente da República cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formulação e na consecução de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), através do Decreto nº 86.829, de 12-1-82;

A CONANTAR é presidida pelo Ministro das Relações Exteriores e composta pelos seguintes ministérios e órgãos: Marinha, Exército, Relações Exteriores, Agricultura, Aeronáutica, Minas e Energia, Planejamento, Conselho de Segurança Nacional, Estado-Maior das Forças Armadas e Ciência e Tecnologia;

— 1982 — Pelo Decreto nº 86.830, de 12-1-82, o Presidente da República atribui à Comissão Interministerial para os recursos do mar (CIRM), a elaboração do Projeto do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), o qual foi aprovado na 51ª Sessão Ordinária da CIRM, em 21-10-82;

— 1982/1983 — Primeira Expedição Antártica Brasileira;